

## A INFORMALIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI: AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTRUTURALISMO CEPALINO E DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

Luiz Henrique Santos Cardoso<sup>1</sup>  
Rosa Maria Marques<sup>2</sup>

### RESUMO:

A informalidade, presente historicamente em países subdesenvolvidos como o Brasil, caracteriza-se pela ampla presença de trabalhadores sem acesso aos direitos trabalhistas garantidos por lei e unidades produtivas com baixa produtividade e organização. Ao longo das décadas do século XX, essa realidade se consolidou de diferentes maneiras, aprofundando a precariedade da força de trabalho. Tomando a visão estruturalista cepalina - que, inicialmente, entendia o trabalho informal formado a partir da heterogeneidade da estrutura produtiva nacional -, procuramos analisar a formação histórica do mercado de trabalho brasileiro. Já para as décadas de 1990 e 2000, destacamos que a visão dos estruturalistas é importante para analisar o fenômeno da informalidade, mas essa deve ser complementada pela ótica marxista de Francisco de Oliveira. Esse autor destaca que a informalidade é um fenômeno intrínseco ao sistema de produção capitalista e, desse modo, é persistente ainda no século XXI.

**Palavras-chaves:** Informalidade; CEPAL; Estruturalistas; Francisco de Oliveira; Subdesenvolvimento.

## INFORMALITY IN BRAZIL IN THE 21ST CENTURY: THE CONTRIBUTIONS OF ECLAC STRUCTURALISM AND FRANCISCO DE OLIVEIRA

### ABSTRACT:

Informality, historically present in underdeveloped countries like Brazil, is characterized by the widespread presence of workers without access to labor rights guaranteed by law and productive units with low productivity and organization. Throughout the decades of the 20th century, this reality was consolidated in different ways, deepening the precariousness of the labor force. Taking the ECLAC's structuralist view - which initially understood informal work to be formed from the heterogeneity of the national productive structure - we attempt to analyze the historical formation of the Brazilian labor market. For the 1990s and 2000s, we emphasize that the structuralist view is important to analyze the informality phenomenon, but it must be complemented by the Marxist view of Francisco de Oliveira. This author emphasizes that informality is a phenomenon intrinsic to the capitalist system of production and, therefore, it is still persistent in the 21st century.

**Keywords:** Informality; ECLAC; Structuralists; Francisco de Oliveira; Underdevelopment.

Data da submissão: 21-02-2024

Data do aceite: 18-04-2024

### INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro, desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no início dos anos 1940, demonstrou um elevado grau de trabalhadores marginalizados ou informais. Esse quadro se estendeu por toda a história do desenvolvimento capitalista periférico da economia do Brasil, variando sua extensão ao longo das décadas e modificando suas formas de inserção no sistema produtivo. Desse modo, a informalidade, historicamente presente nas estruturas internas de seu mercado de trabalho, é um dos fatores que explicam os problemas socioeconômicos do país, que vão desde a precarização do trabalho, ausência de proteção jurídica e social, baixos salários e produtividade, concentração de renda etc.

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Econômicas FMU /Professor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas-FMU. Contato: E-mail: henrique\_cardoso77@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Economia /PUC – SP. Contato: E-mail: rosakmarques@gmail.com

Todas essas variáveis se inter-relacionam com a condição subdesenvolvida que caracteriza a economia nacional e toda a região da América Latina.

A hipótese que aqui desenvolvemos neste artigo é que as teorias estruturalistas cepalinas, bem como as visões alternativas de seus “críticos”, situados principalmente na figura do sociólogo marxista Francisco de Oliveira, podem contribuir para uma melhor percepção crítica sobre os fatores estruturais e históricos da formação do subdesenvolvimento latino-americano, especificamente no Brasil. Seus instrumentos teóricos-analíticos proporcionam explicações fundamentais para compreensão do desenvolvimento capitalista periférico *sui generis* e formação do mercado de trabalho informal e persistente ainda no século XXI.

Neste artigo, abordamos a informalidade brasileira a partir dos anos 1990, período do início da inserção do neoliberalismo. Buscamos apresentar dados sobre a evolução da informalidade pela ótica das relações de trabalho e das unidades produtivas, contemplando também os anos 2000 e 2010. Situamos as visões dos estruturalistas cepalinos para compreender a contemporaneidade da informalidade brasileira mediante a tese da heterogeneidade estrutural ainda presente nos tempos recentes. Isso é complementado pelos conceitos trabalhados pelo marxista de Francisco de Oliveira, dessa forma, pretendemos auxiliar na construção de uma visão ampla sobre a persistência da informalidade e sua relação com o subdesenvolvimento brasileiro.

## **2. PRELÚDIO: AS INTERPRETAÇÕES DA CEPAL E DE FRANCISCO OLIVEIRA SOBRE SUBDESENVOLVIMENTO E INFORMALIDADE**

De acordo com a tese estruturalista, a penetração do capitalismo de modo incompleto nas regiões periféricas do mundo conformou economias dualistas nos países subdesenvolvidos, de forma que esse subdesenvolvimento constituía um processo histórico autônomo, que gera uma massa de lucros sem a ocorrência de uma transformação profunda nas estruturas desses países (Barbosa, 2009). Assim, o chamado “capitalismo periférico” representa uma dinâmica *sui generis*, na qual, mesmo com períodos de rápido desenvolvimento industrial e crescimento econômico, as nações latino-americanas acabaram por consolidar um déficit entre a eficiência econômica e social.

A industrialização puxava as transformações técnicas na economia, responsáveis pelo ingresso de uma dinâmica capitalista que corroborava com a transferência de mão de obra dos setores atrasados e de subsistência para os modernos, sem que os salários seguissem os níveis de produtividade. Além disso, desenvolvia-se uma estrutura de demanda segmentada, na qual coexistiam o consumo das “sociedades privilegiadas” e o consumo de subsistência das “sociedades da base da pirâmide”, ilustrando a heterogeneidade estrutural dessas regiões. Essa heterogeneidade, por sua vez, internalizava um padrão desigual na distribuição dos frutos do progresso técnico. (Barbosa, 2009; Furtado, 1969; Prebisch, 1951).

Segundo Ramos (2007), a relação entre subdesenvolvimento e informalidade, expressa nos termos da Cepal nos 1970, através do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), refere-se ao “dualismo persistente” dos países subdesenvolvidos. A heterogeneidade estrutural acabara por reproduzir-se mediante a coexistência de um polo moderno (com unidades produtivas avançadas e de alta produtividade, além de regulação estatal dos assalariados mediante uma legislação trabalhista) e do polo arcaico (unidades de produção com baixa produtividade e utilização intensiva de mão de obra).

O PREALC considerava o setor informal urbano como produto do excedente estrutural de mão de obra nas economias subdesenvolvidas, ao passo que a heterogeneidade da estrutura produtiva originava dois setores distintos no mercado de trabalho urbano: 1) mercado formal, ocupações em empresas organizadas e dentro das regulações públicas; 2) mercado informal, ocupações e atividades com baixa produtividade exercidas por trabalhadores por conta própria e por empresas pequenas sem organização empresarial satisfatória. Compreendia-se inicialmente que, tanto o nível de emprego urbano e de renda, quanto o desenvolvimento do progresso técnico, eram determinados pelo setor moderno. Já o setor informal de baixa produtividade, representava uma região de absorção do excedente da mão de obra nas fases de estagnação ou crise econômica e como uma espécie de “exército de reserva” ao disponibilizar força de trabalho para o setor moderno na fase de crescimento econômico (Krein; Proni, 2010).

As análises da Cepal/PREALC sobre a informalidade existente durante a industrialização brasileira dos anos 1970 buscavam explicar a expansão da participação da força de trabalho em atividades informais nesse período. A oferta força de trabalho nos centros urbanos elevou-se com o deslocamento da massa de trabalhadores rurais para as cidades, seja pelo fenômeno da expulsão ou pela esperança de oportunidades

melhores de emprego e renda. Mas, devido à baixa capacidade de absorção dos polos industriais urbanos do respectivo contingente de mão de obra, parte considerável dos trabalhadores “autocriaram” ocupações de serviços, com níveis de produtividades baixas e sem ligação processo de acumulação de capital. A partir desse entendimento, o setor informal corresponderia a uma alternativa ao desemprego aberto, sendo determinado pelo excedente de mão de obra e facilidade de entrada nesse setor. (Kon, 2004).

Essa incapacidade de absorção da força de trabalho resultava do processo de interação desigual entre os diversos setores da economia e da expansão do progresso tecnológico, bem como do nível da produtividade existente e do modo de distribuição de renda geradas no processo produtivo. Diferentemente dos países industrializados do centro, onde as estruturas produtivas eram homogêneas e dinâmicas, na periferia, a percentagem do subemprego em relação ao total da PEA (População Economicamente Ativa) era irrisória e os problemas ocupacionais se refletiam principalmente no desemprego aberto (agravados pelo nível das atividades econômicas). Nos países subdesenvolvidos, a persistência de setores produtivos de níveis de produtividade do trabalho diferenciados, tende a reproduzir a segmentação entre um setor moderno estruturado (formal) e um setor tradicional não estruturado (informal) (Rodríguez, 2009; Pinto, 1976). A especialização em poucos setores (principalmente *commodities* exportáveis) e a heterogeneidade na produtividade do trabalho é profundamente demarcada nas estruturas latino-americanas e, particularmente, no Brasil.

O esgotamento do modelo de industrialização por substituição das importações=contribuiu para a compreensão sobre a relação entre o mercado de trabalho e a ausência na distribuição dos frutos do progresso técnico no sistema produtivo nacional. Esse período de esgotamento resultou na expansão dos setores produtivos de capital intensivo, como os de bens duráveis, bens intermediários e bens de capital. A intensificação da relação da demanda por consumo dos grupos de elevadas rendas, concomitantemente com a necessidade de inversões em setores que utilizam de altas densidades de capital por trabalho, produziram uma significativa propensão à estagnação da economia (Furtado, 1969). Mediante a presença do subemprego estrutural, determina-se o aumento do salário base da força de trabalho “pouco qualificada”. Mesmo assim, esse salário base ficou determinado bem abaixo do salário dos países centrais. Essa barreira ao aumento dos salários incide fortemente na concentração de renda (Rodríguez, 2009). Com a concentração de renda, limita-se o *consumo* dos grupos de renda média e baixa, impedindo a expansão de sua demanda.

O sociólogo marxista Francisco de Oliveira nos apresenta uma compreensão crítica e complementar da visão estruturalista cepalina sobre a informalidade no Brasil. A partir do resgate histórico sobre a mudança nas estruturas da economia nacional, mediante o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da ascensão da estrutura produtiva urbano-industrial nos anos 1930, Oliveira (2003) afirma que a instauração da legislação trabalhista naquele período foi de suma importância na estruturação de um novo modo de acumulação de capital. De acordo com o autor, a população migrada para as cidades precisava ser transformada em “exército de reserva”, dado a necessidade de adequação à reprodução do capital pela ótica do novo modo de acumulação nascente:

[...] de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo - antes que incrementando - o preço da força de trabalho (Oliveira, 2003, p. 37-38).

De acordo com Oliveira (2003), para efeitos da acumulação, não era necessário que houvesse rebaixamento de salários nominais anteriormente pagos, mas apenas equalização da média dos salários. Dessa maneira, o rebaixamento das “médias dos salários” e da formação de um “exército de reserva” contribuíram para o desenvolvimento industrial no Brasil pós anos 1930, induzindo seu modo de acumulação. Além disso, a agricultura representou um papel importantíssimo para a acumulação industrial – qualitativamente -, pois supria as demandas de produção externa, mantinha baixo o custo alimentício e as matérias-primas:

De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma (Oliveira, 2003, p. 42).

Com objetivo de manter o setor agroexportador ativo sem estimulá-lo, priorizando o fim do “antigo mercado”, o desenvolvimento industrial na época corroborou com o *modus operandi* de seu subsetor de produtos para o consumo interno, de modo que a agricultura suprisse as necessidades da população urbana,

na tentativa de impedir o aumento do custo da alimentação e do custo das matérias-primas, não impedindo o processo de acumulação urbano-industrial. Em outros termos, Oliveira (2003) afirma que a expansão capitalista no Brasil dependeu profundamente da “acumulação primitiva”. Ora, a acumulação primitiva foi primordial no âmbito das relações entre os setores agro e industrial ao dificultar a elevação do custo da reprodução da força de trabalho urbana, e na formação de um proletariado rural sem direitos. O desenvolvimento urbano-industrial contribuiu para que as atividades agrícolas e agropecuárias permanecessem em seu estado marginalizado, abrindo espaço para altas taxas de exploração da força de trabalho:

Em primeiro lugar, ao impedir que crescessem os custos da produção agrícola em relação à industrial, ele tem um importante papel no custo de reprodução da força de trabalho urbana; e, em segundo lugar, e pela mesma razão de rebaixamento do custo real da alimentação, ele possibilitou a formação de um proletariado rural que serve às culturas comerciais de mercado interno e externo. No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse os problemas de distribuição da propriedade - que pareciam críticos no fim dos anos 1950 - ao mesmo tempo em que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado: tanto a legislação do trabalho praticamente não existe no campo como a previdência social não passa de uma utopia; isto é, do ponto de vista das relações internas à agricultura, o modelo permite a diferenciação produtiva e de produtividade, viabilizada pela manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível de vida da massa trabalhadora rural. (Oliveira, 2003, p. 45).

Através do cenário descrito por Oliveira, observa-se que a força de trabalho marginalizada do setor agroexportador foi uma ferramenta substancial na formação de um exército industrial de reserva e no rebaixamento do preço da força de trabalho urbana no Brasil. Demonstrou-se crucial, para a expansão da indústria no capitalismo nacional, uma agricultura “arcaica” fornecedora de alimentos baratos e a manutenção de um proletariado rural. Ao contrário e de forma complementar das interpretações estruturalistas sobre o modelo dualista cepalino, Oliveira (2003) explica que a industrialização avançou conforme as necessidades de *acumulação* do país e não do *consumo*. Para a acumulação, é essencial manter baixo o custo de reprodução da força de trabalho, sem interromper o fluxo de inversões. A produção de bens internos integra esse custo de reprodução dos trabalhadores. Assim ocorreu no Brasil, produziu-se inicialmente bens de consumo não-duráveis para as classes populares, deslocando, num segundo momento, seu eixo produtivo para a expansão da fabricação dos bens de consumo duráveis, seguindo a redefinição das relações trabalho-capital, da elevação do “exército de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, e às velocidades diferenciais de crescimento dos salários e da produtividade. Todos esses fatores, segundo Oliveira (2003), convergiram em prol da acumulação.

Portanto, foram as necessidades da *acumulação* e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização nacional. O subdesenvolvimento observado na estrutura socioeconômica brasileira é, assim, “desigual e combinado”, sendo resultado da formação de um capitalismo periférico de acumulação parcialmente incapaz de apoiar o desenvolvimento industrial, sustentando a formação de estruturas polarizadas entre setores “atrasados” e “modernos”. Ou seja, o avanço do capitalismo brasileiro ocorreu com a inserção de novas relações nos setores atrasados, ao mesmo tempo em que reproduziu relações atrasadas no moderno, introduzindo formas marginalizadas que liberam força de trabalho para dar suporte à acumulação urbana-industrial, e preservando o potencial de acumulação em prol dos setores modernos. Como resultado, reproduziu-se intensa concentração de renda, da propriedade e de riqueza nas estruturas internas do país. (Oliveira, 2003).

### **3. INFORMALIDADE NOS ANOS 1990: A EXPANSÃO DO TRABALHO INFORMAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NACIONAL**

No final da década de 1980, já se observava o movimento de elevação da informalidade. De acordo com Sabadini e Nakatani (2002), o período conhecido como a “década perdida”, vide as baixas taxas de crescimento econômico e elevada dívida externa, foi caracterizado pelo aumento do trabalho informal que, de 36,6% em 1986, saltou para 37,6% em 1990, chegando à casa dos 50,8% em 2000. Segundo Ulyseia (2006), desde os anos 1980, o mercado de trabalho brasileiro demonstrou tendência significativa de aumento de trabalhadores informais; em 1981, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os trabalhadores sem carteira assinada representavam 28% da população ocupada, quadro que foi agravado na década posterior.

A partir dos anos 1990, a economia brasileira acomodou diversidade no cenário socioeconômico, tanto no plano interno quanto no externo. Conforme Ramos (2002), o processo gradual de abertura comercial da economia influenciou a estrutura produtiva nacional, principalmente o setor secundário e a indústria de transformação. Nesse contexto, o debate sobre as relações de trabalho se modifica a partir da redefinição do papel do Estado e das políticas de reordenamento econômico.

O controle do processo inflacionário a partir do Plano Real (1994) impactou profundamente o mercado de trabalho, dado que se reduziu a capacidade do mercado de reajustar-se de acordo com as variações no valor dos salários reais. Destarte, a “âncora cambial”, responsável pela supervalorização da moeda, acabou por forçar ajustes profundos no intuito de aumentar a produtividade, afetando o desempenho do mercado de trabalho. Isto é, de acordo com Ramos (2002, p. 51), “foi tolhida, assim, a flexibilidade do mercado de trabalho, responsável pela sua capacidade de se ajustar rapidamente às alterações do cenário econômico durante o período de inflação elevada” na década de 1980 e o início de 1990.

Outro ponto importante a destacar sobre as políticas econômicas, refere-se à mudança do regime cambial para o regime “flutuante” em 1999, processo que causou volatilidade elevada do câmbio, aumentando o grau de incerteza e influenciando as tomadas de decisão de investimento, conseqüentemente, repercutindo no mercado de trabalho. Além das mudanças na condução da política econômica do país, ocorreram também crises financeiras internacionais em diversas economias, situação que acabou por restringir o fluxo de entrada do capital estrangeiro, corroborando com as oscilações nos resultados da atividade econômica nacional.

Em suma, o conjunto desses fatores impactou o funcionamento do mercado de trabalho, elevando a informalidade, com significativas mudanças na composição setorial, tais como a expansão do setor terciário e a contração do setor industrial (especialmente, do setor de transformação) (Ulyseia, 2006; Ramos, 2002). Dessa maneira, entende-se que, para além dos ciclos econômicos, o trabalho informal demonstrou estar relacionado ao componente *estrutural* da economia. Tal percepção alinha-se aos dados de informalidade nos anos 1990, onde a informalidade se apresentou de forma mais intensa e elevada, se comparada aos períodos de crise do início dos anos 1980.

A informalidade pode afetar o sistema produtivo de um país através do baixo nível dos empregos gerados e de sua qualidade, impactando a produtividade e o crescimento da economia. Segundo Costa (2010), a informalidade elevou-se devido às mudanças estruturais ocorridas na economia nos anos 1990. Os processos de privatizações e de abertura econômica afetaram significativamente a reestruturação produtiva, abalando as instituições e o mercado de trabalho, especialmente junto ao setor secundário. Isso provocou alteração na qualidade e no nível do emprego, bem como padrão salarial formal mediante a flexibilização das leis trabalhistas.

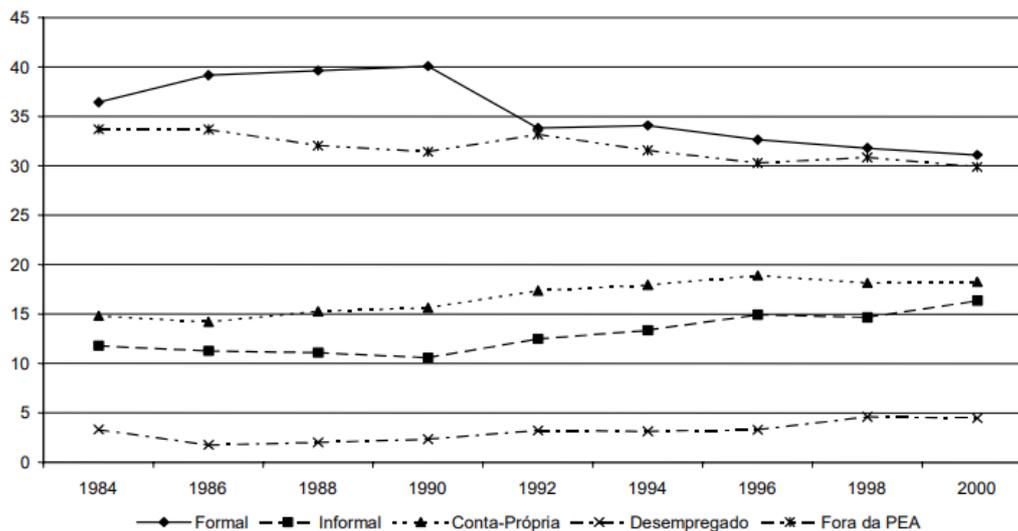
Com o desemprego em massa, a década de 1990 presenciou a eliminação de cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia (Mattoso, 1999), coadunada às diversas experiências de subcontratação (crescimento das pequenas firmas com baixo nível de capitalização, trabalho autônomo, cooperativas de fachada), que foram fatores decisivos no fenômeno da desestruturação do mercado de trabalho e da ampliação da informalidade no país (Costa, 2010, p. 171-172).

Após o Plano Real, as taxas de crescimento foram positivas, mas insuficientes para ampliar o nível de emprego, expandindo o desemprego. Além disso, em meio ao processo de reestruturação produtiva, à abertura econômica e diminuição do emprego industrial, registrou-se lucratividade baixa do setor industrial, levando à reorganização no campo do mercado de trabalho. Nesse momento, o setor terciário apresentou-se como segmento principal na evolução das ocupações, especialmente junto às micro e pequenas empresas, trabalhos por conta própria e sem carteira assinada (Cacciamali, 2000).

A conjuntura do mercado de trabalho nacional nos anos 1990 demonstrou uma reduzida capacidade de novas inversões, impactando diretamente a capacidade de geração de novos empregos. Além disso, houve perda do peso econômico do setor industrial em contraste com os setores de comércio e serviços, modificando a estrutura produtiva brasileira e, conseqüentemente, indicando que o setor informal foi uma área amortecedora frente à reestruturação em processo, concentrando cerca de 60% da população trabalhadora na respectiva década (Sabadini; Nakatani, 2002).

O crescimento das relações informais de trabalho, compreendidas nesse período como o *trabalho assalariado sem carteira* e o *trabalho por conta própria*, podem ser visualizadas no Gráfico 1. Nele fica evidente a expansão do emprego sem carteira de trabalho assinada, ou seja, da categoria “informal”, e uma

contração do emprego formal com carteira assinada. Chama atenção que, a partir de 1984, os trabalhadores sem carteira permaneceram abaixo dos trabalhadores por conta própria em termos percentuais. No entanto, a partir dos anos 1990, ocorreu um processo de reversão, que acarretou uma convergência entre os respectivos grupos de trabalhadores, que alcançaram aproximadamente o mesmo nível já nos anos 2000.



**Gráfico 1.** Evolução do emprego por setor de ocupação (em %).

Fonte: Curi e Menezes-Filho (2004), apud Reis e Ulyssea (2005, p. 03).

Uma das razões que podem explicar a expansão da informalidade no período é o crescimento do setor de serviços e a retração da indústria de transformação (Costa, 2010; Ulyssea, 2006; Reis; Ulyssea, 2005). No entanto, de acordo com Ulyssea (2006), essa relação necessita de maior atenção. Mesmo que a elevação de setores com alto grau de informalidade (setor de serviços) e a contração de setores com maior proporção de postos formais (indústria de transformação) explique parcialmente o aumento do grau de informalidade, essa explicação corresponde a apenas 25% do aumento do trabalho informal observado nos anos 1990, sendo necessário angariar outros fatores explicativos. Entre eles, o nível de informalidade dentro da própria indústria de transformação, que subiu em 1992 de 15%, para 30% em 2002: “De fato, em termos relativos, a indústria de transformação apresentou o maior crescimento no grau de informalidade nesse período, crescimento este que está concentrado nas empresas de pequeno porte” (Reis; Ulyssea, 2005, p. 04).

No intervalo entre 1991 e 1996, o número de trabalhadores informais subiu de 40% para 47% no aglomerado das seis regiões metropolitanas auferidas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela metodologia vigente na época (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). Já de meados de 1996 até o fim de 1997, o grau de informalidade arrefeceu-se, aproximando-se dos 48%. Por outro lado, dado o desempenho modesto da economia brasileira em 1998 e 1999, a informalidade voltou a crescer, rompendo o patamar de 50% no fim de 1999 e 51% no início dos anos 2000.

As mudanças estruturais ocupacionais por qual passou a economia brasileira nos anos 1990, com destaque para o aumento da participação da informalidade, são atribuídas a várias causas, tais como a reestruturação produtiva, a abertura da economia à concorrência internacional, entre outras. Isso foi particularmente marcante para a indústria de transformação, conformando perda de sua importância relativa na participação no total das ocupações (queda de 22%, em 1991, para 16% no final de 1999 (Ramos, 2002; Cacciamali, 2000). Paralelamente a isso, o setor de serviços, elevou sua participação relativa de 36% para 42%, com maior intensidade até o início de 1999 (Ramos, 2002).

No que se refere ao setor informal urbano, entre 1993 e 2003, constatou-se que 88% das unidades produtivas informais eram formadas por trabalhadores por conta própria, ao passo que a maioria absoluta (93%) não apresentava constituição jurídica e 80% desse contingente era composta por apenas um trabalhador. O número desses micro-empresendimentos cresceu, no período, de 11% para 32%. A maioria deles estava concentrado no comércio e no setor de serviços de reparação (Costa, 2010).

#### 4. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS ANOS 2000

A ausência de socialização dos frutos do progresso técnico na estrutura produtiva brasileira, decorrente especialmente à terceira revolução industrial, deve-se, segundo a visão estruturalista, à persistência da situação de dualidade no país ainda nos anos 2000. Rodriguez (2009), por exemplo, explica que isso se deve a vários fatores: exígua acumulação de capital na periferia, baixo nível da renda média de sua população e da produtividade da economia. Assim, os investimentos de alta intensidade de capital e de grande escala efetuados nos países subdesenvolvidos, traduzem-se em uma acumulação insuficiente para integrar/absorver a oferta de mão de obra proveniente do crescimento vegetativo da PEA e absorver o subemprego existente nos setores tradicionais de produtividade baixa. Em suma, na presença de um setor atrasado superior ao moderno, o subemprego tende a persistir ao longo do tempo.

Portanto, segundo Ramos (2007), Rodriguez (2009) e Botelho *et al.* (2021), o dualismo persistente, apontado pelos estruturalistas, explica a formação de um mercado de trabalho nacional caracterizado pela insuficiência dinâmica do progresso técnico, de forma que os diversos setores da economia não são por ele beneficiados do ponto de vista do mercado de trabalho. Essa insuficiência tenderia a limitar o crescimento e desenvolvimento econômico e social nos países subdesenvolvidos, em especial, no Brasil.

A década de 2000, durante os dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi caracterizada por movimentos contraditórios no mercado de trabalho. De um lado, acompanhou a tendência internacional de flexibilização das relações trabalhistas (como a terceirização, por exemplo), de outro, houve relativa ampliação da proteção social no Brasil. De acordo com Krein e Biavaschi (2015), a flexibilização, no período, refere-se ao aumento da liberdade dos empregadores definirem, de forma unilateral, os termos da contratação, do uso e da remuneração do trabalho. Essas tendências contraditórias corresponderam ao momento em que o mercado de trabalho apresentava indicadores positivos (diminuição do desemprego, elevação dos trabalhadores formais e da renda dos assalariados).

O desempenho da economia brasileira, que acompanhou essas duas formas de gestão do mercado, pode ser agrupado em três momentos distintos: 1) de 2000 a 2003 no final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e no início do governo Lula), o Brasil combinava crescimento econômico baixo (em média de 2% a.a.), elevado desemprego (13,5% segundo a PME) e queda na renda média dos assalariados (15%). Ao mesmo tempo, isso foi acompanhado pelo início do processo de formalização. 2) entre 2004 e 2008, auxiliado por fatores como o *boom* das *commodities* e a melhora na distribuição da renda<sup>3</sup>, o crescimento econômico foi mais intenso, 4,8% em média ao ano, com substantivas melhoras no mercado de trabalho; 3) Após a crise financeira de 2008 e seus reflexos na taxa do desemprego aberto, apesar da instabilidade na economia interna o mercado de trabalho continuou melhorando (Krein; Biavaschi, 2015).

A taxa de desocupação tendeu a cair *pari passu* ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) a partir do final de 2003. Conforme Araújo (2021), o rendimento médio real, que até o final de 2003 apresentava sinais de queda, começou a se recuperar a partir de 2004, junto à melhora da taxa de desocupação. De 2003 a 2006, foram criados 4,6 milhões de novos empregos, isto é, em média, 1,1 milhão de novos empregos anuais). No período 2000 a 2002, essa média foi de apenas, 670 mil empregos anuais. Isso foi acompanhado por um avanço da formalização no mercado de trabalho (diminuição dos empregos sem carteira assinada e dos “conta própria”), saltando de 39,9% em 2002 para 43,6% em 2006, e do aumento dos rendimentos reais a partir de 2004.

O aumento dos rendimentos do trabalho pode ser compreendido mediante dois fatores: 1) a valorização real da taxa de câmbio, dado que parte da cesta de consumo dos assalariados era importada ou possuía bens e matérias-primas importadas; 2) a política de valorização do poder de compra do Salário-Mínimo (Krein; Biavaschi, 2015; Araujo, 2021). Isto é, o conjunto de políticas adotadas ainda no primeiro governo, visando estimular a demanda interna, como à geração de empregos, elevação do poder de compra do salário-mínimo, das aposentadorias, das pensões, e da instituição de programas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF),

<sup>3</sup> Segundo Biancarelli (2014), um fator determinante para melhorar a distribuição de renda no país foi a valorização do salário-mínimo, na qual o aumento real foi de 56% entre 2003 e 2010, o que significou quase o dobro dos oito anos anteriores. Além disso, o mercado de trabalho apresentou taxas positivas, onde se verificou uma queda, entre 2002 e 2010, da taxa de desemprego, chegando a 6,6% em 2010. Ao mesmo tempo, ampliava-se o processo de formalização no Brasil, de 2002 a 2010 foram criados mais de 15 milhões de empregos formais, fazendo com que a participação dos empregados com carteira assinada subisse de 45% para 52% da força de trabalho (Biancarelli, 2014).

enfim, todos esses fatores foram importantes para dinamizar o mercado interno, bem como o mercado de trabalho.

Além da dinâmica econômica, houve fatores ligados à dinâmica geográfica que influenciaram o mercado de trabalho. Entre eles, se destacam a redução da taxa de crescimento da população na primeira década de 2000 e a alteração da estrutura etária do país com aumento significativo da presença de pessoas em idade ativa para trabalhar. A reorientação do papel do Estado, colocando-o como promotor do desenvolvimento social e econômico foi outro importante fator.

Krein e Manzano (2014) destacam vários outros aspectos que explicam o avanço do trabalho formal durante o governo Lula. São eles: 1) a consolidação das instituições e do marco legal atrelados a Constituição de 1988 e os programas das instituições públicas na área do trabalho (fortalecimento do Ministério Público do Trabalho, e intensificação da inspeção e fiscalização dos cumprimentos legais trabalhistas pelo Ministério do Trabalho e Emprego); 2) o aumento do poder de barganha dos sindicatos e dos assalariados (melhora nas negociações salariais por parte dos sindicatos, elevação no número total de trabalhadores sindicalizados em 3 milhões, entre 2001 e 2011, e aprimoramento no canal de comunicação e interlocução entre o governo e as instituições públicas). Ou seja, dado o contexto de ampliação do emprego, “[...] o fortalecimento dos sindicatos junto às suas categorias contribuiu para aumentar a pressão pela formalização dos contratos de trabalho, até porque é a partir dessa base formal que os sindicatos se estruturam financeira e politicamente.” (Krein; Manzano, 2014, p. 13).

No entanto, a partir de 2011, durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), em meio a intensificação da crise internacional e ao fim do *boom* das *commodities* a economia brasileira passou a registrar taxas bem menores de expansão do PIB, o que culminou com sua queda acentuada. A crise nos EUA e o fim da bonança do comércio exterior aliada à queda dos preços internacionais das *commodities* - impactados pela desaceleração da economia chinesa -, influenciaria nos efeitos contracionistas na conjuntura econômica nacional.

Somou-se a isso a crise política do final da primeira gestão e do início da segunda e, particularmente, a política fiscal contracionista adotada no início de seu segundo governo, que provocou queda inédita do PIB brasileiro no acumulado de dois anos (crescimento de 0,5% em 2014, e quedas de -3,5% e -3,3% em 2015 e 2016, respectivamente). Em outras palavras, segundo Bruno (2021), num contexto de incerteza mundial, agravado pela crise europeia, houve na economia brasileira uma desaceleração do consumo, induzida tanto pela contração fiscal quanto do investimento, fruto de fatores como a incerteza em nível nacional, das influências negativas externas, além da contração fiscal propriamente dita (o investimento público real se reduziu de 4,7% para 4,0% do PIB entre 2010 e 2011)<sup>4</sup>.

O contingente de trabalhadores precarizados e informais nesse período superou 40% da ocupação total, demonstrando o profundo caráter concorrencial-flexível das relações de emprego no país. As políticas tomadas no final de 2011 e início de 2012 para tentar ativar a economia – redução nas taxas de juros (atingindo 7,5% a.a. em 2011), modificação no marco regulatório no setor de energia, a desoneração das folhas de pagamento de salários, subsídios e desonerações tributárias<sup>5</sup>, ampliação do crédito público, concessão de serviços públicos à iniciativa privada (portos, aeroportos, ferroviários e rodovias) etc. – não surtiram efeito.

O resultado dessa conjunção de fatores internos e externos foi o baixo dinamismo da economia. Apesar disso, houve manutenção do emprego e a renda dos trabalhadores mediante políticas favoráveis à expansão do setor de serviços, assegurando o consumo, mesmo que a taxas declinantes. Outros dois fatores que influenciaram o mercado de trabalho foi o aumento da renda familiar e o atraso na integração dos jovens no mercado de trabalho (ocasionado pela expansão do acesso ao ensino superior e técnico). Esses fatores geraram menor pressão na criação de postos de trabalho. Assim, considerando o período de 2003 a 2014, com crescimento do emprego e menor pressão pela criação de novos postos de trabalho, produziu-se uma queda

<sup>4</sup> Dessa forma, os primeiros anos do governo Dilma corresponderam a reduzidas taxas de crescimento do PIB. Após uma recuperação rápida em 2010 (7,5%), as taxas de crescimento caíram para 2,7% em 2011, e 1,0% em 2012, ao passo que em 2013 a taxa ficou em 2,3%. As variáveis determinantes desse tímido desempenho centralizam-se na desaceleração do crescimento do consumo das famílias - vide o nível de endividamento das mesmas, na restrição maior da oferta de crédito, assim como no aumento das taxas de juros (SELIC) em 2013 - e na queda dos investimentos, a partir de 2011, atingindo uma variação negativa de -4,0% em 2012 (Orair; Gobetti, 2017; Bruno, 2021).

<sup>5</sup> As desonerações tributárias demandaram um grande custo fiscal, na medida em os valores saltaram de R\$ 43,9 bilhões, em 2010, para R\$ 122 bilhões, em 2014. Já os subsídios representaram uma elevação de R\$ 31,3 bilhões para R\$ 73,5 bilhões no período, além dos empréstimos do Tesouro cedidos ao BNDES chegando ao patamar de R\$ 500 bilhões (Orair; Gobetti, 2017).

no desemprego aberto de 12,4% para 4,8%, respectivamente, com intenso avanço da formalização dos trabalhadores, principalmente no grupo dos trabalhadores com carteira assinada, divergindo da tendência de elevação da informalidade na década de 1990: “Até 2003, a tendência foi de aumento da informalidade. A partir de então, houve reversão dessa tendência. Enquanto em 2002 havia 57% dos ocupados sem carteira e sem proteção previdenciária, em 2013, o percentual baixou para 42%.” (Krein; Biavaschi, 2015, p. 53).

A remuneração apresentou duas tendências distintas em sua evolução entre as primeiras décadas dos anos 2000: por um lado, houve um incremento da renda, especialmente dos trabalhadores na base da pirâmide social; por outro, observou-se um progresso da remuneração variável, sobretudo nos setores mais organizados da economia brasileira. O incremento da renda é análogo a fatores como a política de valorização do salário-mínimo, o avanço no nível do emprego e o aprimoramento no poder de barganha dos sindicatos. O salário-mínimo subiu 72% entre 2003 e 2013, em termos reais, ao passo que foi provocada uma alteração nos preços relativos com o aumento dos preços dos serviços (como trabalhadora doméstica, estética, jardinagem etc.) em relação aos produtos industriais: “Ou seja, a política de valorização do salário-mínimo elevou a remuneração de quem está na base da pirâmide social, com efeitos positivos na distribuição de renda do trabalho” (Krein; Biavaschi, 2012, p. 54-55).

## 5. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DA INFORMALIDADE BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Apesar das transformações ocorridas na economia brasileira ao longo das décadas, e mesmo em períodos de aquecimento de sua atividade econômica, a taxa global de formalidade nunca ultrapassou os patamares dos 38,5%. Nos anos 1990, quando se inicia a adoção de políticas neoliberais, a taxa de informalidade foi extremamente elevada, especialmente ao final do segundo governo FHC, como mencionado de maneira breve anteriormente. Oliveira (2003), ao analisar a evolução da informalidade no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, conclui que a informalidade é determinada pelo contexto da acumulação capitalista, de modo que as atividades informais, antes de serem caracterizadas pelo excedente de mão de obra, fazem parte constitutiva do modo de produção e acumulação capitalista, variando positiva ou negativamente, a depender do contexto e estágio da acumulação e do tipo de política econômica adotada no respectivo país ou nação. Isto é, de acordo com Oliveira (2003) e Sabadini e Nakatani (2002), a informalidade existe enquanto fenômeno subsumido e integrante da lógica da acumulação.

Para os estruturalistas cepalinos, no entanto, a análise não pode ser centrada na ausência ou não de “direitos e proteção social”. O que deve ser considerado é a persistência da dualidade na economia brasileira como traço estrutural e histórico do mercado de trabalho, no qual se mantém, paralelo ao trabalho formal, outro, informal. Dessa maneira, na tradição cepalina, os diferentes níveis de produtividade causam efeitos negativos sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico, limitando a expansão do progresso técnico ao conjunto formado pela estrutura produtiva nacional e conformando especial dinâmica entre os setores atrasados e modernos, tal como descrevemos acima.

Os primeiros estudos dos estruturalistas cepalinos sobre o mercado informal tinham como foco as unidades produtivas dos setores atrasados, isto é, estavam mais preocupados com o nível de produtividade das mesmas do que com as relações entre capital e trabalho. Ao longo do tempo, essa “postura” analítica foi se modificando, principalmente considerando que ocorreram transformações produtivas no capitalismo global, o que tornou mais complexo a conceituação e identificação da informalidade. Partindo da ideia sobre o trabalho informal como uma mera atividade econômica com produtividade baixa, chegaram a elaborações mais complexas, abordando tanto os trabalhadores informais (força de trabalho sem proteção jurídica e direitos) quanto as unidades produtivas (empresas com pouca ou nenhuma organização, escasso acesso à tecnologia e ausência de formalização nos processos produtivos). (Ramos, 2007; Barbosa, 2009; Rodriguez, 2009; Krein; Proni, 2010).

Ora, de forma crítica, baseado na visão alternativa de Chico de Oliveira, pode-se compreender que a crise do capital, que culminou na reestruturação produtiva dos anos 1980 - 1990 e a ascensão do neoliberalismo, corroborou com a ampliação das ocupações e atividades informais, reestabelecendo a força de trabalho como exército de reserva disponível às demandas de acumulação do capital. Dessa forma, entende-se a informalidade não pela ótica conjuntural - como o excedente de mão de obra não absorvido

pelos setores modernos formais -, mas como parte integrante das mudanças estruturais na sociedade, subsumido à lógica do capital, influenciando seus movimentos cíclicos de expansão e retração, bem como sua influência na concentração da renda da população brasileira<sup>6</sup> (Sabadini; Nakatani, 2002; Oliveira, 2003).

## 6. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar a informalidade no mercado de trabalho brasileiro e sua relação com a condição de economia subdesenvolvida caracterizada nos países latino-americanos, em particular, o Brasil. Visto o enorme e persistente contingente de trabalhadores inseridos na informalidade ao longo dos anos e as diferentes conjunturas sociais e econômicas vivenciadas no país, resgatou-se o pensamento estruturalista cepalino.

Uma das teses abordadas pelos teóricos estruturalistas cepalinos refere-se à “heterogeneidade estrutural” presente nas economias subdesenvolvidas. Tal fenômeno caracteriza a coexistência de setores modernos e atrasados dentro de um mesmo país, refletindo a baixa produtividade do trabalho nessas regiões, além de uma elevada concentração de renda, dependência tecnológica, subemprego estrutural e grande parte da força de trabalho inseridas nos setores marginalizados do sistema produtivo, identificados como setor “informal” pelos teóricos. Destarte, a heterogeneidade estrutural presente na América Latina e, portanto, no Brasil, compreende inicialmente a polarização produtiva nas estruturas internas, conformando um mercado especializado (principalmente em produtos agroexportadores) e heterogêneo (setores modernos e atrasados com diferentes níveis de produtividade). Essa análise estruturalista permite compreender como a formação de uma economia subdesenvolvida, dada sua especificidade histórica, reflete-se em estruturas heterogêneas, de forma que os setores marginalizados acabam por representar “colchões” absorvedores do excedente de mão de obra não integrada nas ocupações dos nascentes setores urbano-industriais, durante o período de industrialização nos países periféricos no século XX.

Adentrando os anos 2000 e 2010 - apesar desses anos terem sido palco de diversas crises, tais como a crise *subprime* de 2008 - o número de trabalhadores informais e unidades produtivas informais seguiram em patamar elevado, mesmo com momentos de retração na primeira década dos anos 2000. Ora, para se traçar políticas públicas de combate à informalidade é necessário se entender a complexidade do fenômeno.

Entende-se que a análise estruturalista cepalina empreendeu grande contribuição para a identificação dos problemas estruturais dos países latino-americanos e seus gargalos no contexto do subdesenvolvimento, mediante a concepção do “dualismo persistente”. Isso se reforça com a contemporaneidade da tese sobre a heterogeneidade estrutural que ainda é utilizada para analisar a economia brasileira – mesmo reconhecendo novas contribuições e metodologias diferentes em seu processo analítico –, de modo a auxiliar na compreensão das causas da informalidade presente no mercado de trabalho contemporâneo.

A visão marxista do sociólogo Francisco de Oliveira contribuiu significativamente para uma análise mais aprofundada do problema do subdesenvolvimento brasileiro e da informalidade. Oliveira, de forma crítica e complementar, observa que a força de trabalho inserida nos setores marginalizados, ao contrário de obstruir o avanço do capitalismo nacional, funciona como um instrumento importante para acumulação do setor moderno industrial. Assim, como na época de transição de uma economia agroexportadora para urbana-industrial pós anos 1930, a mão de obra marginalizada, derivada da formação de um exército industrial de reserva e do rebaixamento do preço da força de trabalho, possibilitou a acumulação e a produção da indústria no Brasil. Diferentemente das interpretações estruturalistas clássicas, através da leitura de Oliveira, observa-se que a industrialização avança conforme as necessidades de acumulação da economia, e não do consumo, de modo que a informalidade presente na contemporaneidade brasileira pode ser compreendida como parte integrante das mudanças na sociedade de maneira subordinada à lógica do capital, influenciando na estrutura da economia nacional com elevada concentração de renda e pobreza, criando obstáculos em busca do desenvolvimento econômico.

Portanto, como principal conclusão, destacamos que as visões apresentadas pelos estruturalistas cepalinos, principalmente por Furtado, sobre o subdesenvolvimento brasileiro, empreendem um entendimento fundamental sobre o mercado de trabalho informal através da identificação da heterogeneidade

---

<sup>6</sup> “Nas condições concretas descritas, o sistema culminou inexoravelmente para uma nova concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queira corrigir (Oliveira, 2003a, p. 59-60).

estrutural, assim como a ótica marxista de Francisco de Oliveira complementa, muito mais do que contradiz, as visões estruturalistas sobre a informalidade e sua lógica de funcionamento subordinada ao capital, de modo a persistir a condição de país subdesenvolvido no século XXI.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Victor L.; MATTOS, Fernando A. M. [orgs.]. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2021.
- BARBOSA, Alexandre de F. **De “Setor” para “Economia Informal”**: Aventuras e Desventuras de um Conceito. São Paulo: USP, 2009. Mimeografado.
- BIANCARELLI, A. M. **A Era Lula e sua questão econômica principal**: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 263-288, 2014
- BOTELHO, Marisa R A. et al. **Heterogeneidade Estrutural**: uma análise segundo porte, setor e idade das empresas industriais brasileiras (2007-2016). *Rev. Econ. Contemp.*, v. 25, n. 2, 2021.
- BRUNO, Miguel. Os governos Dilma Rousseff: da “nova matriz macroeconômica” ao Golpe de 2016. *In*: ARAÚJO, Victor L.; MATTOS, Fernando A. M. **A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1ª Ed. São Paulo: Hucitec, p. 517-535, 2021.
- CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, n. 14, jun. 2000.
- COSTA, Márcia da Silva. **TRABALHO INFORMAL**: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan-abr., 2010.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- KON, Anita. **Diversidade nas condições de informalidade**, 32º. Encontro Nacional de Economia, João Pessoa, 2004.
- KREIN, J.D.; PRONI, M.W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, v. 1, 2010.
- KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. **Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho no Brasil dos anos 2000**. *Revista Cuadernos del Cendes*, 32 (89), p.47-82, 2015.
- KREIN, J. D.; MANZANO, M. F. **Notas sobre formalização**. Estudo de Caso: Brasil. Forlac – Programa de formalização na América Latina e no Caribe, Lima, Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2014. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms\\_245624.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms_245624.pdf). Acesso em: 16 de jun. 2022.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- ORAIR, Rodrigo O.; GOBETTI, Sergio W. **Do Expansionismo à Austeridade**: a política fiscal em período recente. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 12, Jul.-Dez. p. 51-60, 2017.
- PINTO, Anibal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. *In*: SERRA, José [org.]. **América Latina**: Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PREBISCH, RAUL. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico [1951]. *In*: GURRIERI, Adolfo [org.]. **O Manifesto Latino-Americano: e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado, p. 247-297, [1951] 2011.
- RAMOS, C.A. **Setor Informal**: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. Rio de Janeiro: *Revista Econômica*, v. 9, n. 1, p. 115- 137, jun. 2007.
- RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano**: 1991-2001. IPEA, texto para discussão n. 914, 2002.
- REIS, Maurício Cortez; ULYSSEA, Gabriel. **Cunha Fiscal, Informalidade e Crescimento**: algumas questões e propostas de políticas. Texto Para Discussão nº 1068, IPEA: Rio de Janeiro, fev., 2005.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI, Paulo. **Desestruturação e Informalidade do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, Vol. VIII, No. 2, pp. 265-290, jul-dez., 2002.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), pp. 596-618, out-dez., 2006.